**SOLLICITUDO REI SOCIALIS:
Posição e Significação de uma Encíclica**

Francisco Ivern

I – INTRODUÇÃO

A última Carta Encíclica de João Paulo II, "Sollicitudo Rei Socialis" (30.12.87), escrita para comemorar os 20 anos da publicação da "Populorum Progressio" (23.03.67), não apresenta à primeira vista, grandes novidades. A sua estrutura é relativamente simples. É tão extensa como a "Laborem Exercens", mas a temática abordada, ainda que muito vasta, é mais homogênea e, às vezes, os mesmos temas de algum modo se repetem em diversas passagens da Encíclica. Em geral, o texto dá a impressão de menos "trabalhado" do que o de outras Encíclicas.

Porém, "Sollicitudo Rei Socialis" constitui um importante documento. Ainda que pelas razões aduzidas, os estudiosos do ensino ou doutrina social da Igreja talvez não a coloquem entre as grandes Encíclicas Sociais, a Carta de João Paulo II tem o mérito de retomar, ampliar e aprofundar, num novo contexto histórico e social e do ponto de vista religioso e teológico, alguns dos grandes temas da "Populorum Progressio". O Santo Padre faz isso num momento eclesial importante e delicado. Hoje alguns tendem, consciente ou inconscientemente, a esvaziar ou enfraquecer importantes ensinamentos sociais da Igreja, interpretando e aplicando erroneamente na área social, os esforços de João Paulo II para salvaguardar certos valores e corrigir certos desvios ou abusos, quase inevitáveis em períodos de rápida mudança, mas que não por isso deixam de ameaçar a pureza e integridade da fé e da missão da Igreja para propagá-la.

É sintomático nesse contexto, a pouca atenção que a nova Encíclica recebeu nos meios de comunicação social. Isso pode explicar-se em parte pelo fato de que a Encíclica não apresenta grandes novidades e a sua principal contribuição é sobretudo de natureza religiosa. O relativo silêncio com que o documento foi acolhido, porém,

presta-se também a outras interpretações. A Encíclica retoma temas e conceitos que alguns teriam talvez preferido que fossem esquecidos ou pelo menos tratados de outro modo. Mais adiante mencionaremos alguns deles.

Não se trata, portanto, de diminuir de modo algum a presença crítica da Igreja na área socio-econômica ou socio-política, mas de situar e definir essa presença dentro de parâmetros que estejam de acordo com a missão religiosa própria da Igreja. É tomando, fielmente, como ponto de partida essa missão específica e permitindo que ela permeie todas as nossas motivações e modos de proceder, que a nossa presença cristã no mundo, o nosso anúncio e a nossa denúncia, ganham força e se tornam real e evangelicamente eficazes. Por outro lado, sem uma sólida base ética ou moral, sem uma antropologia que aceite o homem em todas as suas dimensões, não há verdadeira libertação ou desenvolvimento, nem para os ricos, nem para os pobres. Essa é uma das mensagens de fundo da Encíclica, ao abordar de novo, vinte anos mais tarde, o tema do desenvolvimento dos povos.

II – A ENCÍCLICA NAS SUAS GRANDES LINHAS

Até agora, entre as Encíclicas Sociais, apenas a "Rerum Novarum" de Leão XIII mereceu documentos pontifícios nos seus aniversários. A "Sollicitudo Rei Socialis" quer sublinhar a importância e relevância da mensagem da "Populorum Progressio", num mundo ainda mais interdependente e, por outro lado, ainda mais desigual e mais dividido que aquele que motivou o documento de Paulo VI.

A situação mudou e muito desde 1967, mas, infelizmente, mudou para pior. As esperanças que nos anos 60 animavam os esforços para o desenvolvimento dos povos, a nível nacional e internacional, e que se refletiam nas tão faladas "décadas de desenvolvimento" patrocinadas pelas Nações Unidas, nos numerosos relatórios publicados por governos, grupos e fundações privadas, e também nos meios eclesiais e, de algum modo, até na mesma Encíclica de Paulo VI, se frustraram. Aprofundou-se a brecha entre ricos e pobres, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, político e cultural. As divisões também aumentaram. Aos problemas do "sub-desenvolvimento" característica dos anos 60, se acrescentaram outros: neo-colonialismo sob diversas formas, dívida externa, corrida armamentista, ameaça nuclear ainda maior, terrorismo, urbanização crescente e desordenada, falta de moradia, refugiados, etc. (nn 11-25).

Não tudo é negativo, porém. Ao mesmo tempo que a situação deteriora sob tantos aspectos, também cresce, a nível individual e coletivo, a consciência da dignidade humana e dos seus direitos; o sentido de inter-dependência e solidariedade; a preocupação pela vida, pela justiça e pela paz; o respeito pela natureza, etc (n. 26). Apesar desses sinais de esperança, o juízo que o Papa faz da situação mundial permanece no seu conjunto bastante negativo (n. 47).

As causas dessa situação não são simplesmente de ordem técnica ou econômica, mas moral. Porém, antes de desenvolver essa temática nos capítulos IV e V da Encíclica, que tratam do autêntico desenvolvimento humano e analisam os problemas atuais do ponto de vista teológico e moral, o Papa sublinha entre as causas do grave atraso no processo de desenvolvimento, uma que é de natureza eminentemente política, ainda que as suas implicações e consequências sejam de ordem moral. A divisão do mundo em dois blocos ideologicamente contrapostos — o capitalismo liberal e o coletivismo marxista — tem tido consequências desastrosas para o desenvolvimento dos povos. Preocupações de natureza política e militar têm dominado o cenário mundial e absorvido a maior parte das energias e recursos de que dispúnhamos para combater as profundas desigualdades e injustiças que marcam a sociedade contemporânea (nn. 20-24).

Também nessa área o Papa percebe sinais de distensão e de esperança. Reações e mudanças que abrem possibilidades de diálogo e de colaboração entre os blocos, embora as motivações não sejam sempre desinteressadas ou altruísticas, mas fundadas no temor mútuo ou em exigências internas de ordem econômica ou política (n. 22).

No contexto "desenvolvimentista" ("desarrollista"), mais otimista e esperançoso que caracterizava o período em que apareceu a "Populorum Progressio", Paulo VI alertava para a necessidade dum desenvolvimento integral, de cada homem e de todos os homens, e falava num novo humanismo que integrasse os valores de ordem material ou econômica com aqueles de ordem social, cultural e religiosa. No contexto mais negativo e pessimista em que se situa a "Sollicitudo Rei Socialis", talvez não haveria tanta necessidade de insistir no perigo dum desenvolvimento incompleto ou truncado, já que o Papa constata que as esperanças dos anos 60 em grande parte ficaram frustradas e que com frequência houve graves atrasos e até retrocessos no processo de desenvolvimento, mesmo concebido em termos materiais e econômicos. Porém, o Papa retoma, no Capítulo IV da Encíclica, a temática do verdadeiro e autêntico desenvolvimento,

porque constata que a concepção limitada do desenvolvimento ainda predomina e por isso mesmo quando se realiza um certo progresso, este nem sempre traz a libertação que os homens e os povos anseiam. Provas disso as encontramos tanto nos países em via de desenvolvimento, quanto nos países mais ricos e desenvolvidos. O Papa lembra a esse respeito a insatisfação radical que marca sociedades consideradas desenvolvidas e que se manifesta de tantos modos (n. 28).

João Paulo II retoma o conceito de desenvolvimento em termos de "ser" e "ter", não opondo esses termos, mas subordinando um (o "ter") a outro (o "ser") — sobretudo quando o "ter" de alguns poucos prejudica o "ter" e o "ser" de muitos — e colocando o processo de desenvolvimento no contexto mais amplo da história da salvação: da vocação da humanidade em Cristo e da reconciliação operada por Ele (nn. 29-31).

A tarefa do desenvolvimento integral é dever de todos, indivíduos, grupos, nações, Igrejas e outras religiões, porque todos, não apenas os indivíduos, mas também os povos e as "nações" (é interessante a inclusão desse conceito) têm esse direito que deve ser respeitado. Esse direito ao desenvolvimento funda-se na dignidade e "identidade" de cada pessoa e grupo e na necessidade de defender e promover os direitos pessoais, socio-econômicos, políticos e religiosos que essa dignidade implica. Essa dignidade e esses direitos dão ao desenvolvimento a sua dimensão moral.

No final do IV^o Capítulo (nn. 32-33), João Paulo II dedica alguns parágrafos a uma preocupação hoje crescente, sobretudo entre os jovens: o respeito pela natureza e pela qualidade da vida. Talvez esta seja uma das contribuições mais originais da Encíclica, retomando argumentos frequentemente usados por "ecologistas" ou "verdes" e colocando-os num contexto religioso e moral (n. 34).

No Capítulo V da Encíclica, João Paulo II faz o que ele chama de uma "leitura teológica" dos problemas modernos, ainda que, de fato, essa leitura permeie de algum modo todo o texto. Nesse Capítulo o Papa insiste sobretudo em algumas das dimensões morais dos atuais problemas, sem elaborar ulteriormente alguns aspectos, também teológicos, apontados em outras passagens da Encíclica.

Se o desenvolvimento dos povos não ocorreu como se esperava e houve atrasos e retrocessos, as causas não podem ser de ordem meramente econômica. Faltou a vontade política para superar os obstá-

culos, porque faltou a base moral e religiosa que devia sustentá-la e motivá-la (n. 35).

Para o cristão a leitura da realidade não se faz simplesmente em termos de avanços ou retrocessos de ordem econômica ou material, ou até de ordem social e política, mas em termos de pecado e graça (n. 36) já que como o Papa indicava anteriormente, a história do progresso social se situa para nós no contexto mais amplo e mais profundo da *historia salutis* (nn. 30-31).

Nesse contexto, João Paulo II sublinha repetidamente um conceito que alguns têm às vezes questionado: o conceito de "mecanismos perversos" (n. 16) ou "estruturas de pecado" que são sempre fruto de atos e pecados pessoais e concretos, mas que uma vez criadas adquirem a sua própria consistência, tendem a se reforçar e se expandir e "se tornam fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens" (n. 36). Esse conceito aplica-se tanto ao nível nacional, quanto ao nível mundial e às relações entre os povos, entre os países mais ricos e os mais pobres. As ações e omissões dos homens que concernem o próximo têm valor religioso e moral e quando contrárias ao amor e à justiça que deveria regular as relações sociais, entre indivíduos, grupos e nações, adquirem maior gravidade, já que com frequência resultam em condicionamentos e obstáculos "pecaminosos" (práticas, leis, instituições, mecanismos, estruturas) que impedem o desenvolvimento, contradizem o plano de Deus e "vão muito além das ações de uma pessoa e do breve período da sua vida" (n. 36).

Na base dessas estruturas perversas e pecaminosas, o Papa coloca como causas principais e com frequência inter-relacionadas a "avidéz exclusiva do lucro" e a "sede do poder, com o objetivo de impor aos outros a própria vontade". No nível das relações entre as nações e os blocos ideologicamente opostos, essa sede de lucro e de poder assume hoje diversas formas que João Paulo II chama de "formas modernas de imperialismo" ou "idolatria": imperialismo ou idolatria econômica, política, ideológica, tecnológica ou classista (n. 37).

Como as raízes dos atuais problemas não são de natureza puramente técnica, mas estão profundamente encarnadas nas "estruturas de pecado" fruto de "muitos pecados" (n. 37), a solução não é fácil, nem imediata. O primeiro passo é a mudança nas atitudes e no comportamento, nas relações do homem com Deus, com a natureza e com os outros homens: mudança que nós chamamos "conversão" e

que é essencialmente obra de Deus e da sua graça. Mas trata-se apenas dum primeiro passo, dum processo permanente de conversão e mudança, de "um caminho longo e complexo" (n. 38), que além das dificuldades intrínsecas de ordem pessoal e comunitária, comporta também uma série de dificuldades externas: Nós diríamos uma série de "mediações" que é preciso conhecer e respeitar.

O mesmo Deus que nos chama para a mudança e conversão ao nível individual, também nos convida para combater o pecado nas suas manifestações sociais e estruturais, e para nos empenhar pelo bem comum, pelo desenvolvimento integral dos homens e dos povos, num espírito de solidariedade: Solidariedade que para o cristão não é apenas humana, social ou política, mas está inspirada na caridade e iluminada por uma concepção do homem como imagem e filho de Deus, e nos leva a dar gratuitamente do que temos recebido, a perdoar e a nos reconciliar (nn. 38-40).

A solidariedade é exigida de todos, também dos pobres que precisam defender solidária e responsabilmente, mas sem violência, os seus direitos. A solidariedade, porém, torna-se necessária sobretudo em relação aos pobres, sejam estes indivíduos ou nações. São eles os que mais precisam hoje dessa solidariedade. Sem ela não haverá nem paz, nem desenvolvimento. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade que essa opção exige aplicam-se não apenas no nível nacional, mas também internacional. A solidariedade ajudar-nos-á a superar mútuas desconfianças, preocupações excessivas com a nossa própria segurança, e a transformar o instinto de dominação, que resulta na exploração e opressão do outro, em colaboração e serviço.

III – PRINCIPAIS ENSINAMENTOS DA ENCÍCLICA

Queremos sublinhar aqui alguns ensinamentos mais concretos e específicos da "Sollicitudo Rei Socialis" que sem serem inteiramente novos, são muito relevantes e oportunos porque, como indicávamos antes, ou reafirmam num novo contexto antigos ensinamentos, ou os aprofundam e ampliam aplicando-os a novas realidades, reafirmando deste modo a continuidade e constante renovação do ensino da Igreja (n. 3). Alguns desses ensinamentos encontram-se no VIº Capítulo, quando a Encíclica dá "algumas orientações particulares", mas outros estão espalhados por todo o texto da Carta.

Em primeiro lugar, a Encíclica reafirma o direito e o dever da Igreja de intervir e se manifestar em assuntos de natureza socio-econômica

e política, tais como o desenvolvimento dos povos, porque têm uma dimensão ética ou moral e tocam aspectos da pessoa humana, da sua dignidade e dos seus direitos, que interessam diretamente à Igreja. Quando a Igreja se ocupa desses problemas, "não pode ser acusada de exorbitar do seu próprio campo de competência e, muito menos, do mandato recebido do Senhor" (n. 8). O caráter moral da problemática ao mesmo tempo que justifica a intervenção da Igreja, também define a natureza, os limites e as modalidades dessa intervenção.

A Igreja não oferece soluções técnicas, nem modelos de sociedade, mas aplica as verdades da fé, "a palavra de Deus à vida dos homens e da sociedade, assim como às realidades terrenas que com elas se relacionam" (n. 8). A chamada doutrina social da Igreja não nos diz o que devemos concretamente fazer na área socio-econômica ou socio-política, mas como escrevia Paulo VI na Introdução da sua Carta Apostólica "Octogesima Adveniens" (15-07-71) e que João Paulo II cita na sua Encíclica: A Igreja, mediante o seu ensinamento social, oferece "princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação", para motivar e orientar o compromisso social cristão. Compete aos cristãos, à luz daqueles princípios, critérios e diretrizes, discernir as opções e compromissos concretos mais adequados para efetuar as transformações sociais, econômicas e políticas que aparecem como mais urgentes e necessárias (O.A., n. 4). Consequente com essa posição, a Igreja, diante dum mundo dividido em dois blocos ideologicamente opostos, o capitalismo liberal e o coletivismo marxista, adota uma atitude crítica tanto em relação com um, quanto com o outro (n. 21) e não propõe uma "terceira via" entre os dois; "nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente opostas". Não compete à Igreja propor sistemas, modelos ou programas econômicos ou políticos, nem manifestar "preferências por uns ou por outros, contanto que a dignidade do homem seja devidamente respeitada e promovida e a ela própria seja deixado o espaço necessário para empenhar o seu ministério no mundo". A doutrina social da Igreja não é uma ideologia, mas uma "categoria de interpretação" à luz da fé e da tradição eclesial: uma teologia moral (n. 41).

Essas afirmações são importantes no momento em que alguns cristãos, tanto de "direita" quanto de "esquerda", desiludidos e impacientes diante da aparente ineficácia dos seus esforços para transformar a realidade e construir uma sociedade justa e fraterna, estão tentados a tomar um "atalho", a queimar as etapas e transformar o cristianis-

mo num sistema ideológico, num programa ou partido ou numa mística política e revolucionária.

É interessante constatar que na Encíclica o Papa se limita a opor capitalismo liberal e coletivismo marxista e não faz referência alguma a socialismos de inspiração democrática. Também em relação aos dois sistemas opostos e hoje dominantes, João Paulo II se pergunta "em que medida estes dois sistemas são suscetíveis de transformações e de atualizações, de modo a favorecerem ou promoverem um verdadeiro e integral desenvolvimento do homem e dos povos na sociedade contemporânea (n. 21). Essa aparente "equidistância" do Papa entre um e outro sistema poderá surpreender e até desagradar alguns, mas se explica não apenas pelas origens, vivência e experiência pessoal de João Paulo II, mas também pela sua coerência com os princípios enunciados na Encíclica.

A solidariedade na área do desenvolvimento nos leva a constatar as profundas desigualdades na distribuição dos bens materiais e dos meios de subsistência: desigualdades que não se podem atribuir à culpa dos pobres, nem à fatalidade, mas que são injustas e oneram a consciência de todos os responsáveis (n. 9). Neste contexto, o Papa reafirma a doutrina tradicional da Igreja sobre a destinação universal dos bens criados e a função social da propriedade privada: função inerente, *intrínseca* à propriedade e que, como em outras ocasiões, ele descreve em termos de uma "hipoteca social" pesando sobre o direito de propriedade (n. 42): Isto é, a partir do momento em que a propriedade deixar de cumprir a sua função social, as obrigações que derivam da hipoteca que pesa sobre ela, também perderia em grande parte os seus direitos e a sua razão de ser. Na tradição social da Igreja, a propriedade privada, sobretudo de bens cuja função social é mais evidente (como os meios de produção, a terra e o solo urbano), nunca constituiu um direito absoluto, "sagrado" e intocável, como alguns pretendem.

A solidariedade é sempre um convite para partilhar com os outros, especialmente com os menos favorecidos, o que somos e temos. Porém, em circunstâncias de extrema pobreza, a solidariedade exige que demos não apenas do supérfluo, mas também do necessário. Isso aplica-se dum modo especial à Igreja que está chamada a aliviar a miséria dos que sofrem até à alienação, se for preciso, dos bens que possui, mesmo daqueles destinados ao culto divino "para dar de comer, de beber, de vestir e de morar a quem disso está carente" (n. 31).

O tema central da Encíclica é, como na "Populorum Progressio", o desenvolvimento humano e, em particular, dos povos e nações. Esse desenvolvimento para muitos ainda não ocorreu e mesmo quando ocorreu não foi sempre verdadeiro, autêntico ou realmente "libertador". Para o Papa o superdesenvolvimento e o subdesenvolvimento são as duas faces de uma mesma moeda: Manifestações de uma cultura baseada no "ter"; de uma civilização do consumo na qual a hierarquia dos valores não é observada e até é pervertida. Essa constatação nos convida a não pararmos na nossa análise apenas no nível das estruturas socio-econômicas e políticas, mas a aprofundarmos e ampliarmos essa análise até chegarmos aos valores que estão na base dessas estruturas e que, se não determinam, pelo menos condicionam e modelam fortemente as nossas relações com Deus, com a natureza e com as outras pessoas. Paulo VI falava num novo humanismo. A "Sollicitudo Rei Socialis" aponta a necessidade de mudanças culturais profundas para podermos responder adequadamente aos desafios que o mundo contemporâneo apresenta.

Hoje a solidariedade é sobretudo solidariedade com os pobres e deve levar-nos necessariamente a reformas, não apenas de atitudes e comportamentos individuais, mas também de estruturas a nível internacional. Além do problema da dívida externa, é necessário repensar e reformular os sistemas que regulam as relações comerciais, monetárias e financeiras entre as nações, os intercâmbios e transferências de novas tecnologias, e também as organizações internacionais para que possam responder melhor às novas necessidades, sobretudo das nações mais fracas e pobres (n. 43).

Em diversas passagens, a Encíclica frisa a importância e até a necessidade da solidariedade entre os pobres (e entre os pobres e os mais pobres) para fazer face às suas necessidades. Nesse contexto, recebe particular atenção a colaboração entre as nações, em vias de desenvolvimento, de uma mesma área geográfica, para valorizar ao máximo as próprias possibilidades e deste modo tornar-se menos dependentes de produtores mais poderosos. A Encíclica fala concretamente em projetos de organização e integração regional, inspirados em critérios de igualdade, liberdade e participação (n. 45).

Desenvolvimento e libertação são realidades intimamente conexas e complementares. Tanto uma como outra precisam ser entendidas corretamente, na sua integridade, para serem autênticas (n. 46). Na Encíclica se definem os critérios que nos permitem discernir e distinguir o verdadeiro do falso desenvolvimento. Outros documentos

da Igreja, citados pela Encíclica, forneceram semelhantes critérios para definirmos o que uma verdadeira libertação cristã implica (cf. "Libertatis Conscientia", Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé de 22.03.86). Acrescentaríamos aqui, porém, que o perigo de interpretações parciais e reducionistas não concerne apenas os conceitos de desenvolvimento e libertação, mas também afeta outros frequentemente usados como, por exemplo, o de "salvação" que durante longos anos foi frequentemente interpretado em chave excessivamente espiritualista, contribuindo assim para aumentar o divórcio entre fé e vida e para marcar a separação, e não apenas distinção, entre o Reino de Deus e o desenvolvimento ou progresso na esfera temporal.

A Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis" sublinha a necessidade de olharmos essas realidades — desenvolvimento e libertação — em toda a sua riqueza e plenitude cristãs, para que elas possam constituir a base duma ação solidária e conjunta para o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens, como parte de um processo aberto e indefinido, de uma caminhada que só terminará "quando o senhor entregar o Reino a Deus Pai e todas as obras e ações dignas do homem forem resgatadas" (n. 31). O desenvolvimento integral, condição necessária para a paz, é "uma questão também religiosa" (n. 47) e como tal exige a colaboração perseverante de todos os que

acreditam na vocação, ao mesmo tempo imanente e transcendente, da humanidade, sem cair no desespero ou pessimismo, nem na passividade, por temor, indecisão ou covardia. "O que está em jogo é a dignidade da pessoa humana, cuja defesa e promoção nos foram confiadas pelo Criador" (n. 47).

O fato de que "nenhuma realização temporal se identifica com o Reino de Deus" mas apenas reflete e em certo sentido antecipa a glória do Reino, não é desculpa para nossa falta de interesse ou compromisso no desenvolvimento e na libertação do homem todo e de todos os homens. A Encíclica reafirma, em outras palavras, a conhecida doutrina do Concílio Vaticano II a esse respeito (G.S., 39): "Coisa alguma, embora imperfeita e provisória, de tudo aquilo que se pode e deve realizar, mediante o esforço solidário de todos e com a graça divina num certo momento da história, para tornar 'mais humana' a vida dos homens, será perdida ou terá sido em vão" (n. 48).

É a Eucaristia que nos ajuda a descobrir o sentido profundo da nossa atividade no mundo em prol do desenvolvimento e da paz,

e que motiva e sustenta o nosso compromisso: "Os bens deste mundo e o trabalho das nossas mãos — o pão e o vinho — servem para a vinda do Reino definitivo, dado que o Senhor, mediante o seu Espírito, os assume em si, para se oferecer ao Pai e oferecer-nos a nós consigo, na renovação do seu sacrifício único, que antecipa o Reino de Deus e anuncia a sua vinda final" (n. 48).

SUMÁRIO

Neste comentário da "Sollicitudo Rei Socialis", a última Encíclica de João Paulo II, o A. sublinha a sua importância, não tanto pela sua novidade, quanto por colocar em um novo contexto sócio-econômico e sócio-político e por analisar em uma perspectiva mais teológica os principais temas da "Populorum Progressio", cujo 20º Aniversário comemora. Entre os ensinamentos sociais católicos tradicionais que a Encíclica reafirma e que o A. considera importantes e oportunos para os países do Terceiro Mundo, dadas as atuais tendências, estão: o direito e o dever da Igreja de intervir em assuntos sócio-econômicos e sócio-políticos, devido à sua dimensão moral; o fato de que a doutrina social da Igreja não oferece soluções técnicas, nem constitui uma "terceira via" entre o capitalismo liberal e o coletivismo marxista; a função social inerente ao direito de propriedade privada; a necessidade de perceber o subdesenvolvimento e o superdesenvolvimento como manifestações de uma crise cultural e de valores mais profunda; a necessidade de solidariedade internacional com os pobres e entre os pobres; a complementaridade dos conceitos de libertação e desenvolvimento, corretamente interpretados; a distinção, mas não separação, entre desenvolvimento ou progresso humano e história da salvação.

SUMMARY

In this commentary of "Sollicitudo Rei Socialis", the latest Encyclical of John Paul II, the A. underlines its importance, not so much because of its novelty, but because it places in a new socio-economic and socio-political context and analyses from a more theological angle, the main themes of "Populorum Progressio", whose 20th Anniversary it commemorates. Among the traditional Catholic social teachings which the Encyclical reaffirms and the A. considers important and timely for Third World countries, given present trends, are: the right and the duty of the Church to intervene in socio-economic and socio-political matters, because of their moral dimension; the fact that the Church's social teaching does not offer technical solutions, nor does it pretend to be a "third way" between liberal capitalism and marxist collectivism; the social function inherent to the right of private property; the need to see underdevelopment and overdevelopment as manifestations of a deeper cultural and value crisis; the need for international solidarity with the poor and among the poor; the complementarity of the concepts of liberation and development, when correctly understood; the distinction, but not separation between development of human progress and salvation history.